

A PROPOSTA BILÍNGUE NO ENSINO AO ALUNO SURDO DAS ESCOLAS CATARINENSES

Deonísio Schmitt¹

Resumo: Este artigo possibilita uma reflexão sobre o Bilinguismo Bimodal desenvolvido no Seminário de Estudos Avançados em Língua de Sinais, oferecido no programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC em 2009/1. Na primeira parte deste trabalho, apresentamos um estudo sobre o bilinguismo do professor da escola pública do Estado de Santa Catarina, com base na teoria dos estudos sobre a língua de sinais apresentada pelo Professor convidado Dr. Josep Quer (ICREA – Universitat Pompeu Fabra), e pela professora Dra. Ronice Muller de Quadros - UFSC. Em seguida, apresentamos uma reflexão sobre a proposta bilíngue aos profissionais da escola regular. É nesse sentido que manifestamos nossa preocupação com relação às deficiências na formação do professor ouvinte sobre a realidade e o conhecimento da língua de sinais X língua portuguesa.

Palavras-chave: Bilinguismo, Língua de Sinais, Estudos Linguísticos e Políticas.

BILINGUAL EDUCATION IN THE PROPOSAL TO DEAF SCHOOL STUDENT CATARINENSE

Abstract: This article provides a reflection on Bilingualism bimodal developed in Seminar for Advanced Studies in Language of Signs, offered in the program of Graduate Studies in Linguistics at the UFSC 2009 / 1. In the first part from work presented a study on the bilingual public school teacher from Santa Catarina State, based on the theory of studies on the language of signs presented by guest lecturer Dr. Josep Want (ICREA - Universitat Pompeu Fabra) and teacher Dr. Muller Ronice Management - UFSC. Then, we present a discussion on the proposal for bilingual professionals in regular schools. That is to express our concern with regard to deficiencies in training of teachers hearing about reality and knowledge of sign language X Portuguese language.

Keywords: Bilingualism, Language of Signs, Linguistic Studies and Politics.

¹ Dados do autor no final do artigo.

LA PROPUESTA BILINGÜE EN LA ENSEÑANZA AL ALUMNO SORDO DE LAS ESCUELAS CATARINENSES

Resumen: Este artículo ofrece una reflexión sobre el Bilingüismo Bimodal desarrollado en el Seminario de Estudios Avanzados en Lengua de Signos, ofrecido en el programa de Postgrado em lingüística de la UFSC en 2009/1. En la primera parte presentamos un estudio sobre el bilingüismo del profesor de la escuela pública de la provincia de Santa Catarina, con base en la teoría de estudios sobre la lengua de signos presentada por el profesor invitado, Dr. Josep Quer I (ICREA – Universitat Pompeu Fabra), y por la profesora Dra. Ronice Muller de Quadros - UFSC. Posteriormente, presentamos una reflexión sobre la propuesta bilingüe a los profesionales de la escuela regular. En este sentido manifestamos nuestra preocupación con relación a las deficiencias en la formación del profesorado oyente sobre la realidad y el conocimiento de la lengua de signos X lengua portuguesa.

Palabras clave: Bilingüismo, Lengua de Signos, Estudios Lingüísticos y Políticas.

Introdução

Sou surdo do meu jeito! Iniciei a minha pesquisa no Estado de Santa Catarina, observando com muita preocupação a formação bilíngue² dos professores da rede pública em Santa Catarina, Brasil que ensinam os surdos. Essa formação bilíngue não aparece na sala de aula dos surdos. Observo que o Estado contrata professores sem formação bilíngue ou com pouca formação e, por isso, os surdos perdem sua primeira língua de sinais. Por que isso acontece? Após observações em sala de aula e debates sobre política linguística de surdo no Estado de Santa Catarina, que aconteceu em 2003, foi possível constatar as considerações que descrevo aqui.

A Fundação Catarinense de Educação Especial, com o apoio da Secretaria Estadual da Educação e Inovação (SED), realizou em 2003, o I Seminário Catarinense de Educação de Surdos em Santa Catarina. O objetivo do evento foi de formular uma política de linguística em que os alunos surdos se apropriem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, por meio dela, acessassem aos conhecimentos sistematizados na escola.

A proposta partiu da necessidade de possibilitar especificidades de uma linguística intercultural e bilíngue para as comunidades surdas catarinenses. Nessa direção, a representação de surdos demonstrou a existência de novos critérios para a

² No bilingüismo é importante desenvolver as duas línguas (Bilíngues). A primeira aquisição deve ser a língua de sinais e depois a língua portuguesa.

construção da proposta linguística de surdos no Estado de Santa Catarina, na versão preliminar. Mas apesar dessa possibilidade, a carência na formação de profissionais para o ensino de LIBRAS segue sendo uma preocupação já que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 178 mil surdos no Estado, destes, apenas 1% frequenta a escola.

No evento estavam representadas todas as entidades que congregam o segmento de surdos em Santa Catarina, como as Associações de Surdos, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, Escritório Regional de Santa Catarina (FENEIS-SC), o FÓRUM em Defesa dos Direitos dos Surdos em Santa Catarina, UFSC, Grupo de Estudos Surdos – GES, UDESC e o ex Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), atualmente denominado Instituto Federal de Santa Catarina. O então diretor da FCEE, Sr. Salésio Bastos, afirmou que a Fundação está promovendo as condições adequadas para a real inclusão do surdo e de todas as comunidades no sistema regular de Santa Catarina, com serviço de apoio especializado. Ele acrescentou que, no caso dos surdos, há uma dificuldade em admitir-se a existência de uma *cultura surda*, porque ela é traduzida de forma visual, ou seja, as formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas dos ouvintes.

Ainda que nós surdos tenhamos lutado pelo direito às políticas lingüísticas, foi em 2003 que estabelecemos critérios para a contratação de professores. Da proposta do Estado de Santa Catarina consta o seguinte:

O Professor ouvinte bilíngue no curso superior na área de Pedagogia, Letras ou outras licenciaturas, Capacitação específica e aprovação como professor bilíngue, Curso teórico na área da Surdez, Curso de LIBRAS (a partir do nível III), Curso de Português como 2ª língua (L2), Declaração provida pela FENEIS reconhecendo a proficiência em língua de sinais e Fluência em Língua de Sinais. O Professor de LIBRAS bilíngue no Curso superior completo ou em formação, Declaração de certificação emitida pela FENEIS reconhecendo a proficiência em Língua de Sinais (Federação Catarinense de Educação Especial, 2004, p. 39-40).

Em alguns casos os professores ouvintes falam: "Sou bilíngue". Mas como é a formação da língua de sinais na sala de aula? Esse bilinguismo é superficial já que não há uma compreensão específica com base teórica de cursos de aperfeiçoamento em cultura surda, LIBRAS, história dos surdos, identidade surda, arte, literatura surda, etc. Essas questões passam por nós quase despercebidas no cotidiano. Por isso, é importante uma formação mais eficaz que torne possível o bilinguismo em Santa Catarina. Momentos que os ouvintes partilham com surdos em sala podem contribuir para a formação bilíngue dos professores para que se tenha um ensino de boa qualidade por parte dos profissionais.

O diretor de Assistência ao Estudante da FCEE, Pedro de Souza, declarou na época do evento que a inclusão de pessoas surdas no ensino regular é um desafio e que a

surdez deve ser considerada uma diferença e não uma deficiência. “Para garantir esse direito, estamos investindo na formação e capacitação de dois tipos de profissionais, o professor intérprete e o instrutor surdo. Na verdade não se fala o bilinguismo e como os alunos têm o direito de ter acesso ao conhecimento por meio da língua de sinais, porque a língua é o início, o meio e o fim das interações sociais, políticas e científicas”, afirmou. Por reconhecer a problemática da diferença que causa a exclusão, os diretores da Fundação Catarinense de Educação Especial consideram que o seminário, envolvendo órgãos públicos e associações de surdos, é o local adequado para a discussão de uma nova política de linguística inclusiva no Estado. Atualmente está acontecendo uma perspectiva bilíngue na política do Estado, fruto disso aconteceu no ano passado o I seminário sobre a modalidade na língua de sinais e Estudos Surdos.

O presente trabalho aborda o bilingüismo na língua de sinais dos surdos catarinenses, a minha experiência no estudo e pesquisa sobre o bilingüismo voltado à reflexão sobre a falta de formação dos profissionais ouvintes que sempre dizem ser bilíngüe, mas não tem nada de formação no bilingüismo, nem sobre a luta dos espaços surdos.

Até agora as pesquisas sobre o bilingüismo estão inseridas na política linguística do Estado e as lutas dos surdos têm sido feitas pelos ouvintes. A história oficial tem sido a história das instituições de ouvintes e a comunidade surda aparece quase sempre como simples participante. Mas é preciso que nós surdos pesquisemos sobre o bilingüismo, sobre a realidade dos problemas profissionais, a nossa história, cultura, identidade e a língua de sinais e nos apropriemos daquilo que é nosso que foi construído e conquistado com nossas próprias mãos. Conhecer como fizemos isso e como podemos fazer ainda mais é o principal objetivo desta pesquisa.

A falta de espaço linguístico dos surdos para adquirir e desenvolver o domínio da língua de sinais e não o oralismo dentro da escola pública é uma preocupação, mas um dos grandes problemas é a falta de formação bilíngüe. Antes de 2002 não havia uma LEI que assegurasse a língua de sinais para os surdos. Então, o bilingüismo mais importante de surdos surgiu há pouco tempo em Santa Catarina. Aconteceu que em alguns espaços os surdos tiveram acesso à língua de comunicação por meio do ensino e aprendizagem da língua de sinais, obtendo mais facilidade de comunicação e interação com o professor surdo. É com razão que o surdo precisa trazer esta e outras experiências em nosso Estado para conhecimento e apropriação à formação de bilingüismo por toda comunidade surda catarinense.

É preciso refletir como a nossa comunidade surda catarinense resolveu seus problemas nas diferentes fases de bilingüismo tradicional³, de educação dos surdos até a

³ O que é bilingüismo tradicional? É a filosofia da comunicação total, tem como objetivo e preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Isso é a preocupação com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas a escrita, o português oral e o sinalizado ficam confuso (bi modal de fala as duas mesmo tempo).

atualidade. Tais fatos trouxeram uma nova proposta na escola pólo entre os surdos catarinenses e essa troca de experiência proporcionou a criação de escola bilíngüe surda em várias regiões.

Na verdade a língua de sinais, os valores culturais dos surdos, a identidade lingüística, o sentido de família e povo surdo é uma realidade, mas nas políticas lingüísticas para os surdos prevalecem práticas oralistas e não temos profissionais com boa proficiência em língua de sinais. É nesse ponto que queremos mostrar a importância da proficiência em língua de sinais dos profissionais na formação de bilingüismo. Ainda existe muito amadorismo/confusão quando se fala em bilingüismo bimodal. Então, a proposta que será apresentada aqui refere-se à formação bilíngüe na atualidade em lingüística de surdos, suprimindo a necessidade de pesquisa na formação bilíngüe em Santa Catarina, uma vez que aos professores ouvintes da escola pólo falta conhecimento essencial sobre a língua de sinais e o seu uso.

Método

Este estudo apresenta os seguintes objetivos: 1) Analisar a formação bilíngüe do professor ouvinte em uma escola pólo em Santa Catarina; 2) Analisar a implantação da nova política de lingüística de surdos em Santa Catarina; 3) Discutir teoricamente a formação bilíngüe dos professores que atuam com surdos.

Para realizar esta pesquisa a metodologia utilizada foi à análise qualitativa de documentos das instituições citadas na justificativa deste artigo e reportagens de jornais e revistas catarinenses, bem como de entrevista e questionário de professores ouvintes envolvidos.

As entrevistas e os questionários contribuíram para nortear as discussões teóricas. A pesquisa foi em uma escola pólo em Santa Catarina, sendo que as entrevistadas enfocaram a falta de formação bilíngüe em Santa Catarina.

Resultados-Discussão

O Bilingüismo na Língua de Sinais dos Surdos

O principal interesse desta pesquisa tem sido a contribuição da língua de sinais dos surdos na perspectiva bilíngüe, discutindo trabalhos iniciais de pesquisa sobre a evolução e socialização do pensamento e da linguagem na criança surda.

Nos últimos anos, surgiram muitas teorias e estudos sobre o desenvolvimento pleno dos potenciais cognitivos, lingüísticos, emocionais e sociais desses indivíduos. A dificuldade do surdo em adquirir a linguagem nos primeiros anos de vida reflete em todo seu desenvolvimento mental, emocional e na sua integração social. Como salienta Botelho, 2002:94: "... o surdo torna-se atrasado não porque não ouve ou usa língua de

sinais e sim porque a escola e as políticas educacionais não levam em conta a necessidade de um ensino baseado na percepção visual”.

A proposta bilíngüe não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação lingüística em que se encontrar. Segundo Fasold (1990, p.142):

O bilingüismo é comumente entendido como competência lingüística facultativa ou indispensável para a comunicação com interlocutores de dois mundos alófonos, por meio de dois idiomas ou dois dialetos que apresentam entre si proporção de diferença lingüística capaz de afetar ou inviabilizar a comunicação.

Esta proposta leva em consideração as características dos próprios surdos, incluindo a opinião dos surdos adultos com relação ao processo educacional da criança surda. Estes autores, Bishop & Hicks (2005, p.195) mostram as crianças surdas:

as crianças terão atrasado aquisição de linguagem falada, porque a casa oferece inadequados discurso entrada. De acordo com diversos autores que passaram em revista a literatura, existem poucas provas, com exceção de alguns estudos de casos isolados, a apoiar esta noção (Singleton e Tittle 2000). Vários Codos Sensibilidade sendo rotulada como "ou "lenta alunos como tendo dificuldades lingüísticas". Alguns indícios sugerem que educadores e administradores escolares freqüentemente não reconhecem a bilíngüe e bicultural diferenças nestas crianças. O tema da bicultural, bilingual crianças no ensino sistema no que se refere à audição das crianças surdas tem de famílias ser mais pesquisados para determinar se essas crianças estão sendo avaliado...” (Português) Many people assume the children will have delayed acquisition of spoken language because the home provides inadequate speech input. According to several authors who have reviewed the literature, there is little evidence, other than a few studies of isolated cases, to support this notion (Singleton and Tittle). Several Codos recall being labeled as “slow learners” or as having “language difficulties.” Anecdotal evidence suggests that school administrators and educators often fail to recognize the bicultural and bilingual differences in these children. The topic of bicultural, bilingual children in the educational system *as it relates to hearing children from deaf families* needs to be researched further to determine whether these children are being assessed and/or tested based on a spoken-language bias and, if so, the ways in which these tests lead to mislabeling. (Inglês).

Na verdade ainda existem poucos pesquisadores surdos. Nos últimos anos os surdos começaram a acessar o ensino superior, situação que possibilitara a produção de novas pesquisas nessa área.

Essa afirmação tem grande relevância para o estudo do desenvolvimento da criança, marcando a importância das relações sociais e lingüísticas na constituição do indivíduo e apontando o meio social como o foco de análise nos casos de atraso aquisição de linguagem das crianças surdas. Trazendo estas afirmações para a problemática do surdo, percebe-se que os problemas comunicativos e cognitivos da criança surda não têm origem na criança e sim no meio social em que ela está inserida que freqüentemente não é adequado, ou seja, não utiliza uma língua que esta criança tenha condições adquirir de forma espontânea, a língua de sinais.

Essa idéia parece ter sido sempre percebida, pelo menos de forma inconsciente, pela comunidade ouvinte que sempre considerou o surdo como uma pessoa incapaz intelectualmente. Em todas as situações cotidianas, o surdo que não adquire uma língua se encontra em dificuldade e não consegue perceber as relações e o contexto mais amplos da atividade em que se encontra, já que para tal seria necessário que seu pensamento fosse orientado pela linguagem⁴. Por esta razão, o estudo de Cotas e seu bilíngüe tem de incluir mais surdos uma perspectiva cultura surda do que as crianças surdas nascidas de pais ouvintes.

As notórias dificuldades que encontram as crianças surdas em sua comunicação com crianças e adultos ouvintes e suas conseqüências no plano cognitivo dirigiram a atenção ao papel que cumprem outros surdos no processo de conhecimento das crianças surdas.

Na primeira oportunidade, a avaliação era realizada por adultos ouvintes que não conheciam só parcialmente a língua de sinais; na segunda, o desenho do contexto mudava radicalmente: segundo a natureza da atividade cognitiva, a criança surda era avaliada dentro de um grupo de pares ou cada criança realizava as provas em conjunto com outra criança surda em melhores condições cognitivas. Preston, (1994, p.190):

As crianças aprendem naturalmente esses comportamentos e levar muitos deles em idade adulta, muitas vezes sem estarem conscientes das mesmas. (Português) Children naturally learn these behaviors and carry many of them into adulthood, often without being aware of them. (Inglês).

Ressalva também o fato de a criança não entrar em contato com a aprendizagem apenas na escola. Ao contrário, desde o nascimento a criança começa a se relacionar com os adultos, a ter contato com a língua utilizada por eles e conseqüentemente a receber informações. É a partir das relações sociais que a criança aprenderá e para onde

⁴ Situação diferente vive a criança ouvinte filha de pais surdos, por exemplo – CODA – *Children of Deaf Adults*. A diferença existe no sentido de a criança ouvinte ser reconhecida pela sua língua no meio social em que vive e poder crescer bilíngüe, uma vez que precisa utilizar desde pequena também a língua de sinais com seus pais. A criança surda, se filha de ouvintes, enfrentará dificuldades, tanto no contexto familiar como dentro da escola, caso não encontre um proposta bilíngüe de educação.

o seu desenvolvimento seguirá. Os adultos, e em primeiro lugar os pais, têm um papel determinante no desenvolvimento da criança.

Um dos principais fundamentos bilíngüe é a participação igualitária dos surdos nas escolas, dividindo o controle, a administração e o ensino. Isso implica a mudança de pressupostos em relação aos surdos e surdez. Apesar de pouco assimilada no contexto catarinense, essa idéia tem sido implementada em diferentes partes do país e sua implantação tornou-se motivo de militância para a comunidade surda.

Na minha reflexão, busco uma melhor qualidade de ensino bilíngüe de língua de sinais. Bilingüismo esse que contará com professores também surdos. O mais recorrente é os pais que levam o surdo na escola de ouvinte, não tem escola bilíngüe surdo. Nesse caso o surdo não é compreendido e perde o tempo de aprendizagem no momento histórico na infância até adulto. Nesse sentido, perde também a capacitação e quando adulto não sabe ler, não sabe escrever, nem sabe a língua de sinais, só sabe mímica. No meu tempo não se falava na escola para surdo, mas no futuro espero ver a escola bilíngüe. Se o surdo estuda na escola bilíngüe terá capacitação, dessa forma aprende vida dele, aprende a cultura e a história. Aqui em Santa Catarina temos vários surdos estudando, acessando espaços no mestrado e doutorado. Espero que os profissionais participem das políticas lingüísticas de surdos visando a qualidade!

O conceito mais importante que o bilingüismo traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias. Finalmente o surdo deve encontrar o modelo de bilíngüe na formação e com a mudança do perfil dos profissionais na área de estudo surdo em Santa Catarina, haja um favorecimento nessa formação. Quando falamos de bilingüismo no espaço na área dos surdos, estamos nos referindo à existência de duas línguas no ambiente do surdo e estamos ao mesmo tempo, reconhecendo que os surdos vivem numa situação bilíngüe.

Olhares sobre a Língua de Sinais na perspectiva Bilíngüe

Para melhor entendimento deste tópico, discutiu-se o texto de análise contido no artigo de Schmitt et al (2003). Este artigo já foi publicado do ano 2003 pelo Grupo de Estudos Surdos – GES/NUCLEIND/CED/UFSC com professora Ronice Muller de Quadros que orientou três acadêmicos com bolsa do CNPq no Grupo de Estudos Surdos: Deonísio Schmitt (Surdo), Flávia Joenck da Silva e Ronsani Casanova (Ouvintes). Eles investigaram a proposta da política pública em Santa Catarina. Nessa ocasião escolhemos o tema sobre o bilingüismo: na Língua de Sinais em Santa Catarina.

A Política Pública na Competência em Língua de Sinais em Santa Catarina

Na verdade analisamos nesta pesquisa as políticas públicas em Santa Catarina e a nova proposta que surgiu em 2003. Foi nesse momento que percebemos a falta de profissionais bilíngües e que não temos uma formação básica na língua de sinais que

torne possível a oferta de aula em LIBRAS. Observe embaixo a história pública na área de surdo em Santa Catarina e como se transformou a política pública, Schmitt, (2003, p.227-228):

Historicamente, a educação do surdo tem se apresentado como um grande desafio. Em Santa Catarina, o processo de educação de surdos surgiu na década de 1950 com serviços implementados na rede regular de ensino. Em 1968 foi fundada a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), órgão responsável pela política de educação especial no Estado. Em 1988 foi assegurado aos educandos com necessidades educativas especiais freqüentar a rede regular de ensino. Nesse contexto, foram implementadas as salas de recursos para surdos com o objetivo de dar suporte técnico-pedagógico, em horário complementar. O processo de educação de surdos teve poucos avanços tanto do ponto de vista acadêmico, quanto social-lingüístico. Entre 1988 e 1999, a FCEE desenvolveu um processo investigativo para avaliar a integração das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, sendo que os resultados foram negativos, entre eles, mencionamos a questão do preconceito, a falta de capacitação dos profissionais e a questão da língua de sinais brasileira. Dados recentes do IBGE computam 178.000 surdos em Santa Catarina, no entanto, apenas 1650 alunos surdos estão devidamente matriculados na rede regular de ensino conforme dados da FCEE, nisto, percebe-se a urgência de um trabalho que venha garantir a educação de surdos, bem como de garantir o acesso ao conhecimento através da língua de sinais brasileira na rede regular de ensino, incluindo professores surdos.

A política pública em Santa Catarina quer que os surdos tenham plena acessibilidade dentro das escolas regulares de ensino, hoje chamada educação inclusiva, e preferencialmente que seja no seu bairro. Na maioria das vezes, a palavra “inclusão” para os surdos implica a retirada do surdo da própria comunidade surda e colocá-lo junto com ouvintes, isso os aflige muito, porque não é uma inclusão que queremos. Constata-se a falta de preparação por parte da escola pólo que não adaptou o seu currículo para receber o surdo e também a existência de professores que desconhecem a língua de sinais. A inacessibilidade ao intérprete com formação suficiente para suprir a necessidade de toda a comunidade surda catarinense. Justamente por isso muitos surdos estão excluídos da escola e então perguntamos: onde estão os espaços para a língua de sinais na formação bilíngüe?

Em Santa Catarina os professores não conhecem a língua de sinais dos alunos surdos e há uma preocupação nessa área dos surdos no que concerne o parâmetro curricular e a diferença de metodologia do ouvinte. Consideramos que os professores ouvintes precisam pesquisar a cultura dos surdos em todos os níveis de ensino regular e também na escola pólo. No momento não temos profissionais ouvintes usando a língua

de sinais, temos a dificuldade na apropriação desta língua de sinais pelos ouvintes e a falta de profissionais. No começo expandimos o curso de língua de sinais na escola pólo ou em outro espaço, com os professores surdos oferecendo aula de LIBRAS para ouvinte com base no entendimento teórico e na prática de ensino em relação à cultura, identidade e língua de sinais dos surdos, Schmitt (2003, p.228-229):

A política da inclusão tem por objetivo promover a educação para todos. Conforme Quadros (2003) “todos” significa incluir todos, mas na palavra todos há uma subdivisão que caracteriza os surdos, que também são todos, mas que se diferenciam por representarem um grupo que usa a língua de sinais como língua de interação. No entanto, a política de inclusão, que supõe a exclusão, acaba por não reconhecer este diferencial. Assim, o Estado ao garantir a educação para todos sem garantir o acesso aos conhecimentos e a interação entre os pares surdos e os outros, através desta língua acaba por fortalecer ainda mais o processo de exclusão. Não se pode falar de inclusão de surdos no ensino regular sem se pensar na questão da língua e no encontro surdo-surdo. A Constituição Federal de 1988 no seu capítulo II, artigo 208 inciso III diz que é dever do Estado com a educação a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, principalmente na rede regular de ensino. A partir da Declaração de Salamanca e da Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a inclusão passou a ser estudada fazendo parte do vocabulário de muitos profissionais da educação especial no Brasil, mas mesmo com as leis sendo aprovadas, as dificuldades se mantêm, pois percebem-se lutas constantes entre educadores, educandos e familiares.

O bilingüismo está sendo discutido no espaço de política pública em Santa Catarina, embora no espaço lingüístico dos surdos o bilingüismo já existe há muitos anos. No entanto, não temos esse conhecimento sobre a metodologia na língua de sinais pelos professores ouvintes que ensinam os alunos surdos na escola pólo. A história levou a grandes fases de problemas quanto ao oralismo e também à comunicação total. Então, na trajetória aumentou o desconhecimento sobre os problemas profissionais de ouvintes que não pesquisaram a cultura surda e que deixaram de considerar a fase histórica de ensino na língua de sinais, por isso os surdos são excluídos na escola regular, Silva (2000, p.97):

É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular.

O bilingüismo, que significa aprender duas línguas seja oral e ou escrita, ainda está em fase de experimentação. Em contrapartida, a proposta bilíngüe está aos poucos se ampliando nos espaços lingüísticos dos surdos. O bilingüismo para o surdo é a utilização de duas línguas dentro da escola: língua de sinais como primeira língua (L1) e o português como segunda língua (L2).

A luta na política lingüística dos surdos em Santa Catarina tem ampliado o espaço de confronto para o meio acadêmico através do estudo e pesquisa de campo na sociedade. A proposta de uma política pública busca a adaptação do currículo aos surdos. É o que se evidencia no curso de Letras/LIBRAS ou pedagogia e tendo mais crescimento na qualidade de ensino dos surdos que vêm lutando na política pública do Estado em Santa Catarina.

O trabalho, numa proposta bilíngüe, Kozlowski (1998), citado por MEC; SEESP (2002, p.24):

[...] quer dar o direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que ira utilizar em cada situação lingüística em que se encontrar. Essa proposta leva em consideração as características dos próprios surdos, incluindo a opinião dos surdos adultos com relação ao processo educacional da criança surda.

O bilingüismo dos surdos é uma opção metodológica. As escolas inclusivas regular tentam incluí-lo sem sucesso, enquanto as escolas pólos ou escolas especiais os assumem com metodologias específicas para os alunos surdos.

A inclusiva ainda gera polêmicas entre muitos surdos que defendem a escola de surdos, isto porque o seu processo não está sendo cumprido como deveria. Sabemos que é um processo muito lento, pois não existem os profissionais com formação bilíngüe e na língua de sinais que trabalhem em áreas especifica com os alunos surdos e que tenham o domínio em LIBRAS. As escolas pólo não fazem à adaptação curricular prevista na política pública de surdos em Santa Catarina. Esta proposta é voltada especificamente para os ouvintes, não atendendo as necessidades dos surdos. As histórias escolares ainda são muito tristes, sempre jogadas a qualquer profissional ouvinte que tem possibilidade de trabalhar na escola pólo e mesmo sem conhecimento da língua de sinais e sem proficiência ou domínio desta língua. Faltam profissionais com formação no bilingüismo e a nova proposta de política pública precisa de espaços para o professor surdo ensinar aos professores ouvintes no uso da língua de sinais e também uma base teórica que respeite a cultura e a história dos surdos, Quadros (1997, p.27):

O bilingüismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista

que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

A proposta do bilingüismo é que o surdo se comunique fluentemente na sua língua materna – Língua de Sinais - e na língua oficial do país, que pode ser oral e escrita. É dever da escola permitir à criança surda a aquisição de duas línguas, a língua de sinais da comunidade surda, como a primeira língua – L1 – e a língua oral da maioria ouvinte – L2. Diante disso, faz-se necessário que a criança surda tenha o contato com as duas línguas, ou seja, como as comunidades lingüísticas para sentir a necessidade de aprender as duas línguas. As duas línguas – LIBRAS e Língua Portuguesa – têm função diferente para o educando.

A Língua de Sinais é o principal meio de aquisição de conhecimentos para o surdo, sendo esta usada pelo surdo na comunicação com os outros. E a Língua Portuguesa tem principalmente a função de uma língua escrita.

A tentativa de “melhoria dos paradigmas dominantes na educação especial nos conduz a um conjunto de inquietações acerca de como narramos aos outros, de como os outros se narram a si mesmos, e de como essas narrações são, finalmente, colocadas de um modo estático nas políticas e nas práticas pedagógicas”, Skliar (1998. p.13), exemplificando de forma prática será reproduzido o depoimento de uma professora de surdos:

No começo foi muito difícil não conhecia nada sobre “necessidades especiais” que alguns alunos possuem, não sabia o que era Língua Brasileira de Sinais, Braille... Com a primeira turma foi uma “jogação” em vez de “inclusão” (...) Comecei a “correr” atrás do embasamento teórico, comecei a buscar especialização na área da surdez. Nessa procura em fazer o melhor por meu aluno, comecei a concluir (com muita tristeza) que estava fazendo o pior. Hoje, trabalhando 10 anos com alunos surdos, posso afirmar que a inclusão leva os surdos a evasão escolar ou reprovação constante. Faz com que o surdo se sinta menos diante dos outros. (...)

Como a criança surda poderia estudar numa escola regular junto com ouvintes sendo que a comunicação não se priorizada a língua de sinais? Isso é exclusão, e não é inclusão! Quando era criança eu estudei na escola regular junto com os alunos ouvintes, mas tinha dificuldade de entender a forma de comunicação dos professores ouvintes que faziam os exercícios no quadro e explicavam falando demais sobre o conteúdo nas várias disciplinas. Eu fazia as provas, mas só tinha minha própria capacidade, era surdo e não sabia ler, não entendia o significativo de algumas palavras e havia comparação com a proficiência dos alunos ouvintes. Eu fazia provas de disciplina e tirava nota baixa em algumas disciplinas e como o português é diferente da língua de sinais.

Infelizmente como a elite dominante é quem decide, acaba aprovando lei contrária ao que os surdos pensam em relação à educação do surdo. Isso é o que

acontece na inclusão do surdo no ensino regular: um problema atual, tanto para os surdos como para seus professores, devido à falta de profissionais com formação pedagógica no bilingüismo em Santa Catarina na escola pólo, bem como a falta de contatos com seus pares, nas interações com alunos ouvintes e professores específicos das disciplinas.

Para que se elaborem proposições políticas para uma nova estrutura de educação de surdos é preciso considerar a experiência visual dos surdos na construção e no acesso ao conhecimento à cultura surda na língua de sinais.

No relato de experiência Schmitt (2003), busca a realidade sobre a língua de sinais do surdo em Santa Catarina, no que diz respeito essas informações, percebe-se que os estudos em relação aos surdos estão cada dia mais representados nas propostas de política lingüística, priorizando, assim, sua língua: a língua de sinais. Com isso novos olhares são lançados sobre a surdez e nas relações de saber e poder entre surdos e ouvintes no campo lingüístico, social e cultural determinando um futuro mais feliz para os surdos brasileiros.

Diante disso, é importante que esta pesquisa envolva a informações pertinentes que dizem respeito aos vários aspectos lingüísticos dos surdos, como por exemplo:

Concluindo pode-se afirmar que: Manter os lingüísticos surdos, que já acontece atualmente, mas ainda falta muito para se conseguir uma metodologia adequada na língua de sinais; Refletir a questão da identidade surda e a diferença como o processo de produção social; Pesquisar sobre a língua de sinais que será utilizada nesse curso; Garantir a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na relação do educando o surdo com o conhecimento; Formar os professores surdos com contato com crianças surdas; Participar das famílias dos surdos a comunicação na língua de sinais – CODA e ; Inserir a formação dos profissionais dos ouvintes no bilingüismo em Santa Catarina.

Concluir na realidade é refletir sobre a política pública do Estado de Santa Catarina e na transformação de objetivo sobre a formação dos professores no bilingüismo, estimulando o uso da língua de sinais que possibilite aulas para os alunos surdos com base na aprendizagem visual-espacial por parte dos professores ouvintes. Na realidade, ainda não temos os profissionais com formação no bilingüismo em Santa Catarina, mas é necessária a elaboração de uma proposta política do Estado. Então, esta pesquisa antevê um grande desafio, pois os profissionais se confundem quando falam: sou bilíngüe. Mas onde esta a formação bilíngüe? Estaria ela disfarçada?

A proposta de luta pelo direito surdo em Santa Catarina apresentou em 2003 na palestra o que nós surdos queremos. Segundo os critérios para formação dos profissionais como citamos anteriormente, vamos lutar pelo direito dos surdos para que esses sejam ensinados em sua língua de sinais por professores ouvintes bilíngües. Atualmente não temos preparado estratégias políticas públicas para os profissionais do Estado em Santa Catarina.

Em Santa Catarina, a política de inclusão diz respeito ao direito do surdo cidadão. Refletimos nesta proposta a política pública de inclusão com base em novas diretrizes e bases na educação do surdo para melhorar a qualidade de ensino. Queremos que a sociedade entenda a diferença cultural dos surdos e não a deficiência. Podemos pensar sobre a capacidade do surdo que tem direito ao estudo e à sua identidade, não com base nas diferenças sensoriais, mas na igualdade de aprendizagem que respeita a diferença entre a Língua Brasileira de Sinais e o Português. Os surdos lutam pela prioridade da língua de sinais como direito dos surdos cidadãos.

As professoras entrevistadas são identificadas como A₁, A₂ e A₃.

Foram feitas 4 questões norteadoras a cada uma delas:

As perguntas foram feitas em LIBRAS e também em escrita do português brasileiro.

- Como surgiu a história do bilingüismo nesta década?
- Quem lutou no espaço da política surda pela proposta bilíngüe nesta escola?
- Por que aconteceu a falta de formação de bilingüismo em Santa Catarina?
- Como o povo surdo participou?

O questionário é um instrumento muito usado para o levantamento de informações e certas pesquisas em que se procuram informações de pessoas que estão trabalhando na escola regular. E também diz respeito ao custo, pois o observador pode distribuir todos os questionários, de uma vez só, para todos os elementos que participam numa sala de aula. O questionário é preenchido pelo próprio entrevistado lembrando sobre a preocupação de determinar o tamanho, o conteúdo, a organização e clareza de apresentação das questões, a fim de estimular o entrevistado a responder.

A respeito da construção do questionário, antes da aplicação definitiva do mesmo, realizei a pesquisa para analisar se os entrevistados compreendem as questões, se ocorrem dúvidas ou dificuldades durante o preenchimento. Para tanto elaborei um questionário de perguntas anteriormente para verificar se apresentam limitações e dificuldades em trabalhar com os alunos surdos e ver quais estratégias que usam para ensino bilíngüe.

Então, analisei as entrevistas dos professores sobre o bilingüismo em Santa Catarina para tentar explicar a falta dos profissionais bilíngües na política do Estado. Por isso cada um dos entrevistados mostrou jeitos diferentes nos relatos de experiências sobre o trabalho. A análise mostrou que faltam estratégias de ensino e base teórica bilíngüe e melhor qualidade de ensino para os surdos. Os professores ouvintes precisam conhecer mais sobre a teoria de estudos surdos e gerais, lerem autores comprometidos com os surdos e ter uma base teórica melhor para construir uma nova política bilíngüe.

Nas narrativas dos sujeitos ouvintes na pesquisa, foram expressas algumas opiniões de ouvintes nomeados A1, A2 e A3.

A₁

1) O bilingüismo surgiu da necessidade do aluno surdo para a compreensão dos temas expostos durante as aulas em sala de aula. O aluno surdo freqüentava as aulas e também sala de recursos para compensar a falta de informações que este deixava de absorver devido a surdez. Vejamos o que diz a política de lingüística inclusiva para surdos: Os constantes depoimentos dos professores de Salas de Recursos e do Ensino Regular, sobre a ausência de um sistema lingüístico compartilhado, capaz de transformar a atividade educativa de sala de aula em um importante processo interativo de difusão do conhecimento, levou a equipe da área da surdez da FCEE a perceber a necessidade de resignificar o atendimento dos alunos surdos matriculados no sistema regular de ensino com a organização efetiva do trabalho a partir do uso de duas línguas. Portanto, o surgimento do bilingüismo é processual, doloroso e ainda, longe de ser um modelo em educação pois todo começo exige acertos, reflexão e profissionais efetivos na área.

2) O bilingüismo partiu da proposta de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina. Não teve um núcleo, ou pessoas dentro da escola que lutassem pela proposta de bilingüismo, houve uma seleção das escolas pólos dentro do estado devido a sua localização e estrutura para receber estes alunos.

3) Falta de interesse e investimento. Toda formação deve ser continuada e aprimorada. No início dispuseram cursos para os professores selecionados para trabalhar na educação de surdos mas, as ofertas foram diminuindo, conseqüentemente insuficientes para a demanda de novos profissionais que começaram atuar na educação de surdos. Digo isso, porque no início da educação de surdos nas escolas pólos, surgiram problemas como deficiências nas didáticas propostas aos alunos surdos, e para o grupo de profissionais que atuam dentro desta proposta de educação, poucos foram os cursos e reuniões para refletir o processo e partilhar experiências que estavam sendo positiva. Também vai aqui minha crítica aos cursos de LIBRAS em geral. Os cursos intermediários e avançados não suprem a necessidade dos ouvintes sobre a LS. Costumam seguir um único modelo, troca-se de professor ou de instituição e os cursos são muitos iguais. Um modelo avançado deveria usar o método de conversação. Os alunos posicionados em círculo, monitorados por um professor surdo, discutindo algum tema proposto ou que surge naturalmente usando a língua, ou, o que sabe dela. Nesta proposta os sinais, classificadores seriam usados em contexto. Também considero importante treinar datilologia, por exemplo, leitura e clareza dos movimentos das mãos.

4) Participou com suas representações e colocando os pontos importantes para melhorar a educação dos surdos em geral. Vale ressaltar que a comunidade surda na época da implantação e discussão da proposta de educação de surdos nas escolas poucos foram seus representantes.

A₂

1) Acredito que nas décadas de 80 e 90 o bilingüismo passou a ter mais força, principalmente através de estudos e pesquisas que foram desenvolvidos nestes períodos. A proposta bilíngüe vem contribuir no desenvolvimento lingüístico, cultural, cognitivo, psicológico e acadêmico. Os programas bilíngües buscam valorizar a identidade e a cultura das pessoas surdas; desta forma é possível construir uma história de sucesso frente a vida escolar dos surdos, tendo garantida a LS como única na instrução escolar e a LP como 2^a língua.

2) A proposta de se ter um ensino bilíngüe (LS e LP) nas escolas estaduais, partir das lutas e anseios das famílias de surdos da comunidade surda, como também dos professores envolvidos com nesta educação. Não podíamos mais continuar a educação das crianças surdas em um ambiente lingüístico impróprio para eles, pois a permanência nas turmas de ouvintes não possibilitava o aprendizado na sua 1^a língua, viam-se obrigados a `tenta` compreender uma língua que não é a sua de fato, sua 1^a língua.

3) Eu fico bastante angustiada com esse questionamento, pois não existe até o momento uma graduação que forme pessoas bilíngües em LS e LP. E também acredito que não é um curso de horas ou de anos que vai formar um professor bilíngüe, o certificado `papal` nem sempre prova a fluência na LS. O verdadeiro aprendizado de uma língua acontece de forma dinâmica, vivendo essa língua, na pratica, tendo contato com pessoas fluentes, neste caso os surdos participantes da cultura surda.

4) Na construção da nova proposta de educação de surdos, a comunidade surda participou, através da sua luta, com o objetivo de superar o fracasso acadêmico destes alunos. A participação da comunidade surda foi fundamental neste momento. "Seminário".

A₃

1) O bilingüismo iniciou no Brasil como estudo na década de 80 e 90 e sendo implantada na rede estadual somente no ano de 2004.

2) A proposta bilíngüe nesta escola nasce pelo anseio dos pais e da comunidade surda em ter uma escola de qualidade.

3) Não tem nenhum curso superior que te habilite como professor bilíngüe, você torna-se na pratica da sala de aula e com estudos para melhor compreender a educação de surdos.

4) Participou com o Fórum e na luta pelos direitos da escola de surdos, porém agora parecem que este movimento não está muito presente.

Na verdade, identificamos pelas narrativas dos professores ouvintes entrevistados a falta de cursos profissionais na formação bilíngüe. Onde estaria essa proposta política para a educação de surdos do nosso Estado de Santa

Catarina? Infelizmente não temos a base dos profissionais dos professores para ensinar a língua de sinais para os alunos surdos nem a possibilidade de aprender a construção viso-espacial na relação de comunicação dos professores que usam a língua dos surdos. Precisamos melhorar o espaço de cursos dos professores ouvintes na formação bilíngüe e aprofundar a teoria na cultura surda, identidade, história e língua de sinais. Garantindo ao surdo um ensino que lhe dê os direitos à modalidade viso-espacial e que possibilite transformar a subjetividade de cultura surda no jeito de ensino sem intérprete. Então, no aspecto de construção da alteridade surda através das diferenças dos ouvintes na relação a língua de sinais.

Conclusão

Finalmente, espero esclarecer na pesquisa a formação bilíngüe em Santa Catarina na proposta que surgiu em 2003. Nesta pesquisa eu observei que falta perfil dos profissionais de formação bilíngüe, base teórica sobre a cultura e história dos surdos e a proficiência na língua de sinais na prática e ensino. Veja autora explicitada, Hubner (2006, p.17):

Ao pensarmos na formação de professores na perspectiva das diferenças, precisamos refletir, entre outras coisas a respeito da formação docente. Neste sentido, é preciso falar de professores não como referências abstratas, sobre quem muita literatura vem sendo feita, mas daquelas pessoas concretas, encarnadas que têm uma vida de luta nas escolas brasileiras. Não são apenas intelectos e, mesmo no anonimato, por meio da educação trabalham em prol de uma sociedade em que ninguém deveria ser excluído.

Na realidade precisamos verificar qual o espaço cultural na formação bilíngüe dos professores ouvintes e a possibilidade de aprender a língua de sinais na escola ou no curso ensinado do professor surdo. Por isso será importante conhecer a cultura, identidade, história e outro. Precisamos conhecer profundamente a cultura surda para que se possibilite identificar a base teórica de estudo surdos em Santa Catarina.

Ao refletir sobre a política lingüística nas escolas em Santa Catarina, percebemos que há realmente o interesse que o acadêmico de pós-graduação com especialização em surdos nos mostre a importância à pesquisa na escola sobre a falta os profissionais bilíngües em Santa Catarina.

Assim o professor bilíngüe deve trabalhar com os alunos de forma Interdisciplinar tendo a língua de sinais em todas as disciplinas, aproveitando os momentos de explicação para que as aulas não fiquem cansativas e perca tempos para a aquisição de linguagem dos alunos surdos somente com a teoria, pois precisam mais da prática de ensino e estratégias bilíngües, Perlin (2000):

A cultura ouvinte no momento existe como constituída de signos essencialmente auditivos. No que tem de visual, como a escrita, igualmente é constituída de signos audíveis. Um surdo não vai conseguir utilizar-se de signos ouvintes, como por exemplo, a epistemologia de uma palavra. Ele somente pode entendê-la até certo ponto, pois a entende dentro de signos visuais.

Deve-se, pois a valorizar e estimular o uso de todos os possíveis canais de comunicação à língua de sinais, todas as atividades significativas que possam compensar a diferente forma dos surdos entrarem em contato com os profissionais bilíngües e buscar a comunicação com a cultura surda. Dessa forma, a língua de sinais surge como a única língua que garante o desenvolvimento e o ensino de surdos.

Com a pesquisa, analisamos e concluímos que os profissionais bilíngües são essenciais nas aulas sobre qualquer base de conhecimento teórico sobre a cultura surda. Isso por meio de experiência pode confirmar que os alunos conseguem prosseguir a aprendizagem em sala de aula do nosso Estado. Nós surdos vamos continuar lutando pela qualidade para toda a comunidade surda. Nós queremos que a formação do professor bilíngüe seja em língua de sinais, com conhecimentos sobre a cultura surda, história e a política. E Vamos lutar também para mais espaço para os professores surdos no conforto de bilíngüe.

Referências

- Botelho, P. (2002). *Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Buttler, Y. y Hakuta, K. Bilingualism and Second Language Acquisition. (2004). In Tej K.B. y William, C.R. (Eds.). *The Handbook of Bilingualism*, 91-113. Malden, MA: Blackwell Publishers.
- Fasold, R. W. (1990). *The Sociolinguistics of language*. Oxford: Basil Blackwell.
- Fernandes, E., (Org.) Quadros, R. M. de. *Surdez e Bilingüismo*. (2005). Porto Alegre: Mediação.
- Heredia, C. de. (1989). Do bilingüismo ao falar bilíngüe. In: *Multilingüismo*. Campinas: Editora da UNICAMP.

- Houwer, A. de (1995). 'Aquisição bilingüe da linguagem'. In: Paul Fletcher & Brian MacWhinney (Eds.). *Compêndio da linguagem da criança*, 185-224. Porto Alegre: Editora ArtMed.
- Hubner, R. A. (2006). *A Formação dos Profissionais da Escola-Pólo Estadual de Educação para Surdos na Regional de São José – SC*, dissertação de mestrado.
- Jürgen, M. M. (2004) 'The Bilingual Child.' In Tej K. Bhatia & William C. Ritchie (Eds.), *The Handbook of Bilingualism*, 91-113. Malden, MA: Blackwell Publishers.
- Kozlowsky, L. (1995). O Modelo bilíngüe/bicultural na educação do surdo. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, 7 (2), 147-156.
- Ministério da Educação. (2002). Ministério da Educação: Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez./ Secretária da Educação Especial. – Brasília: MEC; SEESP. (Educação Infantil, 7).
- Müller, N. (1998). Transfer in bilingual first language acquisition. In: *Bilingualism: Language and Cognition*.
- Perlin, G. (2000). Identidade surda e currículo. In: Lacerda, C. B. F. & Goes, M.C. R. de (Org) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise.
- Perlin, G. (1998). Identidades surdas. In: Skliar (Org) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- Quadros, R. M. de y Karnopp, L. B. (2004). *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Quadros, R. M. de y Karnopp, L. B. (1997). *Educação de Surdos: A aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médica.
- Quadros, R. M. de y Karnopp, L. B. (2004). *O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: MEC.
- Fundação Catarinense de Educação Especial.. (2004). FCEE. Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina. São José: FCEE.
- Schmitt, D., Silva, F. J. da y Casanova, R. (2003). Políticas públicas de educação de surdos em Santa Catarina. In: Ponto de Vista: *Revista de Educação e Processos Inclusivos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, n.º 5.
- Silva, T. (2000). Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Skilar, C. (1998). A Surdez – Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação.
- Souza, R.M. y Góes, M.C.R. (1999). *O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da exclusão*. In: Skilar, C. –

Atualidades da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Editora Mediação, v. 1, p. 163-187.

Stokoe, W.C., Casterline, D.C. y Croneberg, C.G. (1976). *A dictionary of American sign language on linguistic principles*. Silver Spring: Listok.

Tej, K.B. y William, C.R. (1999). 'The Bilingual Child: Some Issues and Perspectives.' In William C. Ritchie & Tej K. Bhatia (Eds.), *Handbook of Child Language Acquisition*, 569-643. San Diego, CA: Academic Press.

Wrigley, O. (1996). *The politics of deafness*. Washington, DC: Gallaudet University, 1996.

Datos de los autores :

Deonísio Schmitt

UDESC – CEAD: Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

Data de recepção: 27/08/2010

Data de revisão: 03/03/2011

Data de aceitação: 27/05/2011